



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000  
[procuradoria@po.mg.gov.br](mailto:procuradoria@po.mg.gov.br) / [assessoriajuridica@po.mg.gov.br](mailto:assessoriajuridica@po.mg.gov.br)

**PARECER JURÍDICO**

**Processo de Licitação nº:** 023/2018  
**Modalidade:** Pregão Presencial 12/2018  
**Objeto:** Aquisição de Material Escolar, Escritório e Outros

Exmo. Prefeito,

O Setor de Compras e Licitação trouxe algumas informações acerca da aplicação de penalidades à empresa Jean Saturnino Silva 02064709673, e pediu esclarecimentos quanto ao procedimento adotado frente a situação real.

O primeiro ponto importante é quanto ao ressarcimento do Município de eventual prejuízo por convocar o segundo colocado com preço superior ao do primeiro. No entanto a Setor de Compras informa que tal prejuízo não ocorreu, uma vez que por motivo de conveniência e oportunidade a Administração Municipal optou por fazer novo procedimento licitatório.

Por esse mesmo motivo não há como mensurar o prazo de atraso da entrega, uma vez que até o presente momento também não foi solicitada tal providência de outro fornecedor. Sendo assim, uma vez que a Administração entendeu por não contratar com o segundo colocado por não haver urgência na aquisição de tais materiais entendendo não ser uma medida justa exigir do contratado o pagamento de multa por dia de atraso de entrega da mercadoria.

Por fim, o próprio Setor de Compras e Licitações opina por aplicar apenas a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, o que essa Procuradoria entende ser uma medida justa cabível ao caso.

Diante do exposto, entendemos que deve ser aplicado ao fornecedor **JEAN SATURNINO SILVA 02064709673** a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, além da rescisão do Contrato nº. 076/2018 firmado com por estarem tais medidas de acordo com as cláusulas contratuais e com a disposto nos arts. 77, 78, II e 79, I, c/c art. 87 da Lei 8.666/03, haja vista o descumprimento do contrato nº 76/2018, resultando na inexecução do objeto.



**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000  
[procuradoria@po.mg.gov.br](mailto:procuradoria@po.mg.gov.br) / [assessoriajuridica@po.mg.gov.br](mailto:assessoriajuridica@po.mg.gov.br)

Ressalto, por oportuno, que não será necessário conceder novo prazo para manifestação da contratada, uma vez que o seu representante legal já estava ciente da aplicação das penalidades e manteve-se inerte.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Presidente Olegário, 30 de julho de 2018.

  
**Amely Maria de Almeida Pinheiro**

Procuradora Municipal  
OAB/MG 128.148

  
**Gracielle de Souza Pinheiro**  
Estagiária-Procuradoria - Mat.6205

**Valdeir Antônio Roque**

Assessor Jurídico  
OAB/MG 143.243

  
**Steffany Barbara Silva**  
Estagiária-Procuradoria - Mat.6207